

## ESCÂNDALO/RAMIFICAÇÕES

## Deputados propõem anistia em causa própria

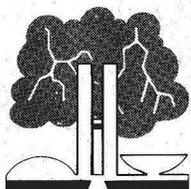
Três integrantes da bancada ruralista do Congresso que não pagam o que devem ao governo usam CPI da Dívida Agrária para sugerir ao BB novas regras para empréstimos e calote sem disfarces

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA  
e VANDA CÉLIA

BRASÍLIA — Nem os ânãos do Orçamento ousaram tanto. Apropriaram-se de dinheiro público mas esbarra-ram numa CPI contra a corrupção. Os deputados Valdir Colatto (PMDB-SC), Ronaldo Caiado (PDC-GO) e Aldo Pinto (PDT-RS) — todos proprietários rurais — devem ao governo, não pagam e ainda organizaram uma CPI cujo relatório, escrito por Colatto, propõe simplesmente um calote no Banco do Brasil. Alta fonte do BB confirmou ao Estado que o trio es-

ta inadimplente e tem interesse pessoal na anistia sugerida pelo relatório da CPI da Dívida Agrária.

Segundo outros ex-integrantes da CPI, Colatto deve US\$ 74,9 mil que tomou emprestado



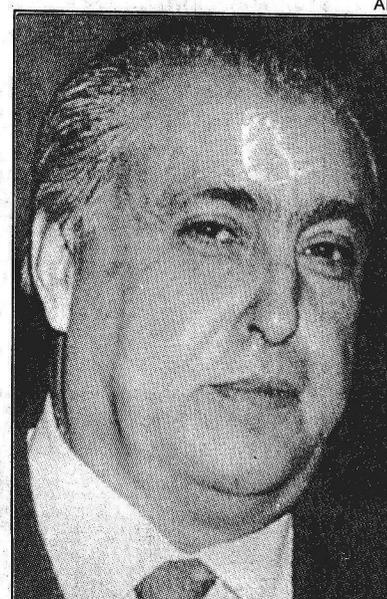
na agência do BB em Vilhena (RO). O deputado assinou o contrato com o banco junto com o cunhado, Wilson Antônio Dalazem. Sozinho, Delazem deve mais US\$ 152,9 mil ao BB.

Ambos foram chamados para assinar propostas de renegociação dos débitos com o banco, mas até o momento não apareceram. O deputado não foi encontrado para comentar o assunto.

Colatto desapareceu depois de um encontro com o presidente do BB, Alcyr Calliari. Foi acompanhado por Caiado e, segundo Calliari, os dois apenas lhe submeteram a proposta do calote. Uma qualifi-

cada fonte ligada à área de crédito agrícola do banco revelou que durante a conversa Caiado ameaçou Calliari de reagir com violência a qualquer cobrança de suas dívidas pela instituição.

**CALLIARI: "O BANCO NÃO VAI ARCAR COM MAIS UM ÔNUS"**



Os devedores Colatto, Caiado e Pinto: críticas ao sistema financeiro e queixas contra os juros

Ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Caiado deve US\$ 7,3 mil na agência central de Goiânia (GO). Ele nega veementemente a condição de devedor. "Não opero mais com o Banco do Brasil", afirma o deputado. Um dossiê que circula em Brasília conta uma história curiosa sobre Caiado e indica que, com ajuda de funcionários do banco, o parlamentar foi dispensado de pa-

gar cerca de 70% de seus débitos. Segundo o dossiê, em 25 de novembro de 1991, Caiado obteve do então presidente do BB, Lafaiete Coutinho, um perdão temporário da correção monetária relativa a nove meses de dívidas atrasadas.

Lafaiete exigiu que a correção fosse paga mais tarde, mas funcionários do banco deixaram que o deputado pagasse apenas 30% da dívida, concedendo-lhe anistia de

juros, correção monetária e outros custos. A filial do BB em Goiânia simplesmente quitou a operação e não estabeleceu procedimentos para que o saldo restante fosse cobrado. Agora, uma auditoria do banco apura a responsabilidade dos funcionários envolvidos. O deputado Aldo Pinto, por sua vez, confirma que não tem pago sua dívida no BB. Mas defende-se dizendo que encaminhou ao banco, no

início deste mês, proposta de refinanciamento de débitos no valor de CR\$ 45 milhões, mas até o momento não recebeu nenhuma resposta da instituição.

Embora não tenha poder para fazer valer suas conclusões, o relatório da CPI da Dívida Agrária irritou a diretoria do BB. "O banco não deve arcar com o ônus de mais uma anistia", diz Calliari. Ele promete continuar cobrando os devedores. Caiado diz que os bancos são "ladrões" e afirma que as taxas de juros cobradas são extorsivas. Ele e seus colegas da bancada ruralista querem de volta o dinheiro que, afirmam, foi roubado pelo sistema financeiro desde 1986.

No relatório da CPI, sugerem que os bancos, principalmente o BB, refaçam as contas dos empréstimos desde 1986 e devolvam o dinheiro, se for o caso, aos tomadores que tiverem pago mais que o devido. Além disso, os deputados querem que os produtores possam pagar seus empréstimos em dez anos, com correção baseada no valor dos produtos agrícolas. As taxas de juros aceitas pela CPI vão de 0% a 4%. "Isso é brincadeira de mau gosto", diz o diretor de Crédito Rural do BB, Said José Miguel. Para eles, a cobrança de correção monetária também é inaceitável.